

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020

(MADEIRA 14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 12

Assistência Técnica

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

AT.1 Assistência Técnica - FEDER

OBJETIVO ESPECÍFICO

AT.1 Assegurar as condições necessárias e adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

121. Preparação, execução, acompanhamento e inspeção

122. Avaliação e estudos

123. Informação e comunicação

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

77. Assistência Técnica

ACÇÃO

Assistência Técnica - Outras Entidades Responsáveis pela Gestão, Acompanhamento, Avaliação e Controlo Interno

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO MADEIRA 14-20

Portaria n.º 92/2015 de maio

DATA DE ABERTURA: 04 junho 2015

DATA DE FECHO: 31 dezembro 2020

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS
PROGRAMA OPERACIONAL MADEIRA 14-20

1. Âmbito e Objetivos do Aviso

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20) poderá adotar a modalidade de Períodos Predefinidos para apresentação de candidaturas, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020 e nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria 92/2015, que define o regime de acesso aos apoios concedidos pelo Madeira 14-20.

Encontra-se reconhecido no texto do **Eixo Prioritário 12. – Assistência Técnica, Prioridade de Investimento “AT.1. – Assistência Técnica FEDER”**, a necessidade de assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20), bem como garantir um desempenho eficaz e eficiente das funções inerentes a uma eficaz implementação do mesmo.

No âmbito do objetivo específico estabelecido “Assegurar as condições necessárias e adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO” os objetivos descritos correspondem ao preenchimento de requisitos exigentes para a gestão do Programa que deve traduzir-se, nomeadamente, na garantia do cumprimento de um conjunto de critérios de análise e seleção de candidaturas que promovam o mérito dos projetos, orientados para a concretização bem sucedida de objetivos e metas fixados por Eixo Prioritário do Programa:

- Aprovação de projetos que contribuam para a concretização de resultados no âmbito das diferentes Prioridades de Investimento dos Eixos do Programa;
- Obtenção de uma reduzida taxa de erro nas auditorias efetuadas ao Programa;
- Obtenção de metas fixadas para a execução financeira do Programa;
- Obtenção de metas de resultado previstas por Objetivo Específico;
- Cumprimento dos objetivos e atribuições contratualizados (quando aplicável);
- Dinamização e disseminação de ações inovadoras que constituam "boas práticas".
-

2. Beneficiários

Entidades responsáveis pela gestão, acompanhamento, avaliação e controlo interno.

3. Tipologia de Intervenção e Ações

A tipologia de Intervenção e Ações passíveis de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso, constam do anexo I referido no artigo 6.º da Portaria n.º 92/2015 e são as seguintes:

Tipologia de Intervenção: 77. Assistência Técnica

Ações: Assistência Técnica - Outras Entidades Responsáveis pela Gestão, Acompanhamento, Avaliação e Controlo Interno.

4. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria 92/2015.

5. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do n.º2, do artigo 13.º da Portaria n.º 92/2015.

6. Dotação financeira máxima indicativa e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima indicativa de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) afeta ao presente Aviso é de € 2.420.000 (nove milhões e quatrocentos e vinte mil euros).

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 12.º da Portaria n.º92/2015.

7. Período para receção das candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 1 de junho de 2015 e o dia 31 de dezembro de 2020.

8. Elegibilidade das candidaturas e das despesas a cofinanciar

8.1. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Portaria 92/2015, bem como declarar ou comprovar, se para tanto for notificado, que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei nº159/2014, de 27 de outubro.

8.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm que demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso e tipologias de operações previstas no ponto 3 deste Aviso, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 9.º da Portaria n.º 92/2015.

8.3. Elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso e que respeitem o artigo 10.º e 11.º Portaria n.º 92/2015.

8.4. Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

8.5. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os seguintes documentos:

8.5.1. Documentos Relativos ao Beneficiário

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º;
- b) Comprovativo da situação regularizada face à Administração Fiscal e Segurança Social ou, em alternativa, autorização para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, perante a administração fiscal e a segurança social;
- c) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
- d) Comprovativo do Regime do IVA - documentação relativa ao enquadramento do beneficiário quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeito;

8.5.2. Documentos Relativos à Operação

- a) Memória descritiva da Operação (de acordo com modelo disponibilizado na plataforma eletrónica), que inclua os seguintes aspetos:
 - Enquadramento geral da operação;
 - Enquadramento da Operação no Madeira 14-20;
 - Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
 - Custos da operação e calendarização;

- b) Documentos comprovativos das fontes de financiamento do investimento previsto na candidatura, nomeadamente inscrição orçamental que garanta a existência de contrapartida nacional para a realização da operação;
- c) Declaração que a operação não se encontra materialmente concluída ou totalmente executada;
- d) Identificação e apresentação dos Pareceres/Licenças e documentos relativos aos licenciamentos e autorizações prévias à realização das intervenções, quando aplicável, ou pedidos às entidades competentes, quando os mesmos não tenham ainda sido emitidos;
- e) Apresentação do Parecer ou do respetivo pedido de parecer à entidade que tutela o ambiente, para que fique evidenciado que o projeto cumpre todos os normativos em termos ambientais, nomeadamente, Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Avaliação de Incidências Ambientais (InCA) ou declaração da autoridade competente de AIA que confirme que a operação não carece desta Avaliação;
- f) Declaração onde atestem que serão cumpridas as normas em matéria de mercados públicos;
- g) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- h) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação;
- i) Apresentar informação precisa e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação, os quais devem ser elaborados em observância com a metodologia definida no anexo I deste Aviso;
- j) Identificar de forma clara e objetiva o contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente Aviso;

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

9. Seleção das Candidaturas

As candidaturas apenas serão selecionadas para cofinanciamento do Madeira 14-20, no âmbito do presente Aviso, caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 10 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20 e caso exista dotação financeira disponível na respetiva Prioridade de Investimento, para cofinanciar a operação.

10. Apuramento do Mérito

10.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação

Na avaliação do mérito da operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação, conforme quadro da página seguinte.

PARÂMETROS E PONDERAÇÕES A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Critérios de Seleção	Densificação dos Critérios (Subcritérios)	Parâmetros de Avaliação dos Subcritérios	Ponderação	
			Subcritérios	Critérios
a) Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário:	Neste critério será avaliado: a1) Adequação da operação aos objetivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário para cada PO;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	50%	25%
	a2) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário para cada PO.	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	50%	
b) Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos:	Neste critério será avaliado: b1) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das atividades de gestão;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	50%	25%
	b2) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	50%	
c) Qualidade Técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade:	Neste critério será avaliado: c1) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	30%	25%
	c2) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	30%	
	c3) Razoabilidade dos recursos mobilizados para a execução da operação.	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	40%	

Para além dos critérios anteriores, o beneficiário deverá escolher um dos 3 seguintes critérios (o mais adequado atendendo às atividades a desenvolver na operação):

Critérios de Seleção	Densificação dos Critérios (Subcritérios)	Parâmetros de Avaliação dos Subcritérios	Ponderação	
			Subcritérios	Critérios
d) Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados:	Neste critério será avaliado: d1) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	60%	25%
	d2) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	40%	
e) Grau de adequação da operação para o reforço da visibilidade da aplicação dos Fundos e para o aumento da transparência e facilitação do acesso à informação:	Neste critério será avaliado: e1) Adequação dos meios envolvidos aos objetivos de divulgação e visibilidade dos Fundos;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	30%	25%
	e2) Coerência dos conteúdos da proposta ao Plano de Comunicação dos PO e da Estratégia de Comunicação do Portugal 2020;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	30%	
	e3) Contributo das propostas para a transparência e facilitação do acesso à informação sobre a aplicação dos FEEI.	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	40%	
f) Grau de adequação das metodologias formativas face às necessidades das equipas:	Neste critério será avaliado: f1) Adequação dos conteúdos das propostas às necessidades das equipas;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	40%	25%
	f2) Adequação das metodologias formativas face aos objetivos de capacitação das equipas;	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	30%	
	f3) Adequação dos calendários e oportunidade da proposta.	Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto	30%	

10.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção

A classificação a atribuir a cada Critério de Seleção resulta da média aritmética da pontuação de cada parâmetro de avaliação, aplicando-se a essa média a ponderação do respetivo critério indicada do quadro anterior. A pontuação de cada parâmetro de avaliação é atribuída numa escala de números inteiros [1, 3 ou 5].

10.3 Classificação Final

A Classificação Final (**CF**) da operação é estabelecida por agregação das Classificações dos Critérios (**C**), através da seguinte fórmula:

$$CF = Pa * [(P_{a1} * C_{a1}) + (P_{a2} * C_{a2})] + Pb * [(P_{b1} * C_{b1}) + (P_{b2} * C_{b2})] + Pc * [(P_{c1} * C_{c1}) + (P_{c2} * C_{c2}) + (P_{c3} * C_{c3})]$$

e

$$Pd * [(P_{d1} * C_{d1}) + (P_{d2} * C_{d2})] \vee Pe * [(P_{e1} * C_{e1}) + (P_{e2} * C_{e2}) + (P_{e3} * C_{e3})] \vee Pf * [(P_{f1} * C_{f1}) + (P_{f2} * C_{f2}) + (P_{f3} * C_{f3})]$$

- Pa... Pf = Ponderação dos Critérios
- Pa1... Pf3 = Ponderação dos Subcritérios
- Ca1... Cf3 = Classificação dos Subcritérios

A Classificação Final será estabelecida com duas casas decimais.

11. Contratualização de resultados no âmbito da candidatura

Em caso de aprovação das candidaturas, serão contratualizados, em termos de metas a atingir, os seguintes indicadores, de acordo as características da operação:

Designação dos indicadores	Unidade de Medida
Cumprimento da Regra N+3	%
Tempo Médio de aprovação do projeto (desde a candidatura até à assinatura do contrato)	Nº

12. Indicadores de realização das operações

A concretização das operações deverá ser expressa nos seguintes indicadores de realização, a incluir em cada candidatura, de acordo com as características da operação:

Designação dos indicadores	Unidade de Medida
N.º de visitas anuais ao sítio internet do PO	N.º
Ações de acompanhamento	N.º
Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI

13. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM, Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

14. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20 pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

15. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

16. Informações e esclarecimentos

Pedidos de informação ou de esclarecimentos podem ser efetuados através do site do Programa, [Madeira 14 20](#) ou dirigidos para:

Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM,
Travessa do Cabido, nº16
9000-715 Funchal
idr.srp@gov-madeira.pt
Telefone: + 351 291214000

Funchal, 4 de junho de 2015

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

Sílvio Costa